

Economia Brasil Carona na crise

Quando o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, diz, como fez quinta-feira passada nos Estados Unidos, "que não apoiamos um determinado governo, apoiamos o programa econômico do País", o que ele está sinalizando para as autoridades e os políticos brasileiros é que, independentemente da crise política que o Brasil atravessa e da solução que ela venha a ter, o importante é que o governo brasileiro mantenha o plano de modernização da economia que o ministro Marcílio Marques Moreira vem conduzindo.

Esse mesmo sinal foi dado, também na semana passada e também nos Estados Unidos, pelo presidente do Banco Central, Francisco Góes, para uma platéia de 180 banqueiros interessados em saber como deverá ser um possível governo Itamar Franco: "Meu sentimento é que as coisas no Brasil vão muito além das pessoas. A política econômica deste governo (o de Collor) representa um consenso da sociedade. Dos partidos à esquerda até os mais conservadores, não se nega que o País precisa de uma reforma fiscal e de abrir a economia ao mundo Exterior".

Não passa pela cabeça de ninguém de bom senso, tanto interna quanto externamente, depois da primorosa exibição de maturidade político-institucional que o Brasil está dando, que a troca do presidente Collor, por envolvimento em negócios escusos com o tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias, possa levar ao abandono de um programa de governo, avalizado em dois turnos eleitorais, o último deles por 35 milhões de votos. O **impeachment**, se aprovado, como tudo indica que será, não significará uma condenação das iniciativas administrativas e das políticas governamentais de Collor; será uma condenação do político e administrador da coisa pública Fernando Collor de Mello.

Entretanto, há no cenário político-administrativo nacional "interesses retrógrados querendo pegar uma carona na crise, resistindo ao movimento modernizante do País", como de-

nunciou o ministro Marcílio Marques Moreira quarta-feira da semana passada em Washington, num café da manhã com centenas de empresários brasileiros.

Encabeçam esses grupos de "interesses retrógrados" os políticos da esquerda mais radical, os altos burocratas das estatais e os nacionalistas anos 50, capitaneados pelo general Ernesto Geisel, todos em campanha para convencer o vice-presidente Itamar Franco, caso ele venha a assumir a Presidência da República, a alterar o Programa Nacional de Desestatização, de forma a torná-lo inviável. Como não têm coragem de assumir publicamente a condenação da privatização, que é apoiada pela maioria da população, inclusive os trabalhadores das estatais, esses elementos estão sugerindo que Itamar entregue as decisões sobre vendas de estatais, caso por caso, ao Congresso Nacional e que o uso das chamadas "moe das podres" seja reduzido ou até proibido, exigindo-se grande parte do pagamento ou todo ele em dinheiro vivo. Isto seria a morte do programa.

A outra corrente de "interesses retrógrados" é formada pelos empresários que desfrutaram, durante longos anos, dos **cartórios** que se instalaram na economia brasileira, que sempre viveram protegidos da concorrência externa, e agora estão apavorados com a abertura do mercado brasileiro para os produtos importados. Situam-se neste grupo, por exemplo, os fabricantes nacionais de micro e minicomputadores e indústrias de brinquedos, tratores e outras, que estão pressionando o governo para sustar a redução das tarifas alfandegárias que entra em vigor no próximo mês, dia 1º para um grande número de produtos industrializados, inclusive automóveis, e dia 29 para o setor de informática. O que eles querem é manter o consumidor brasileiro cativo, pagando caro por um produto de baixa qualidade, ou seja, que 150 milhões de cidadãos continuem sendo sacrificados para a felicidade de não mais de uma centena de privilegiados.